



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA
Entrada nº: <u>186</u>
Data: <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

22.08.2017

ASSUNTO: "Documentos de prestação de contas da EMES, EM, SA., referentes ao 1.º semestre de 2017".
(Proposta n.º 713-P/2017)

Nos termos e para os efeitos da alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeto a V. Exa. para conhecimento da Assembleia Municipal os documentos acima referenciados, apresentados na reunião da Câmara realizada em 22 de agosto de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA


Basílio Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

6

Nos termos do Art.º 57.º, n.º3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária 22-08-2017**.

Proposta nº 713-P/2017, subscrita pelo S. Vice-Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

*Aprovada por maioria, com a
Intervenção dos Senhores Vereadores do Movimento
S.C.M.A.*

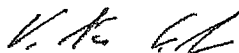
Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 22 de agosto de 2017.

O Presidente



Basílio Horta

O Coordenador Técnico



Victor Castro





PROPOSTA N.º 713 - P/2017

Considerando que:

1. A EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EM, SA, que se passa a designar abreviadamente por EMES, é uma empresa do setor empresarial local, participada na íntegra pelo Município de Sintra, que tem como objeto *“instalação, gestão, incluindo a fiscalização, dos sistemas de estacionamento público urbano pago à superfície no concelho de Sintra, nos termos e condições definidas pela Câmara Municipal de Sintra, a quem compete a definição das orientações estratégicas”*;
2. A EMES rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, nos termos legalmente estatuídos;
3. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os documentos de prestação de contas aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo;
4. São competências do Fiscal Único, quer no âmbito dos estatutos da EMES (alíneas e), f) e h) do artigo 11.º) quer no âmbito da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alíneas e), f) e h) do n.º 6 do artigo 25.º), verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte e participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que

Reunião de

22 AGO, 2017

Docto Agendado com o
Nº 6

1

considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa local, e ainda, remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico-financeira da empresa local;

5. A EMES remeteu para apreciação do Executivo, o relatório do Fiscal Único sobre a informação financeira reportada ao primeiro semestre, a qual se encontra em anexo, assim como as demonstrações financeiras respetivas (Balanço, Demonstração de Resultados e Balancete);
6. De acordo com os elementos financeiros disponíveis reportados ao primeiro semestre de 2017, efetuou-se uma síntese às demonstrações financeiras do período, vertida na Informação - Proposta N.º SM 33817/2017, de 16 de agosto, que se anexa, apresentando-se em seguida os elementos mais relevantes:
 - O **ativo** da empresa valorizado em 1,4 milhões de euros, incluiu ativos não correntes de 225,7 mil euros e ativos correntes de 1,2 milhões de euros (1,1 milhões de euros de disponibilidades);
 - O **capital próprio** totalizou 1,3 milhões de euros, registando um acréscimo de 67,7 mil euros face ao final do ano transato, e incorpora resultados transitados positivos de 597,7 mil euros;
 - O **passivo** ascendeu a cerca de 147,9 mil euros, sendo constituído unicamente por dívidas de curto prazo, sobretudo estado e outros entes públicos (75,3 mil euros), outras contas a pagar (53,5 mil euros) e fornecedores (19,1 mil euros);
 - Os **gastos** totais antes de impostos ascenderam a cerca de 368,3 mil euros e incluíram sobretudo gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos, que representaram 93,9% do total;

Reunião de

22 AGO, 2017

Doctº Agendado com o
Nº 6

- Os **rendimentos** ascenderam a 455,6 mil euros e correspondem na totalidade ao volume de negócios;
- O **resultado** do período foi positivo no montante de 67,7 mil euros;
- O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º que *“para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, (...),*
proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas”, pelo que a empresa **não contribuiu para a dívida total** do Município, tendo em conta a sua situação de equilíbrio.
- O Fiscal Único da empresa emitiu relatório de revisão limitada de demonstrações financeiras no primeiro semestre de 2017 da EMES.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA:

- I. **Tome conhecimento** da prestação de contas da EMES, EM, SA, à data de 30 de Junho de 2017, cujo resultado positivo ascendeu a 67.690€, e do respetivo relatório e parecer do fiscal único;
- II. **Delibere**, mandar o representante do Município na Assembleia Geral da empresa a aprovar os documentos de prestação de contas da EMES, EM, SA, referentes ao primeiro semestre de 2017, ao abrigo do n.º 4 e do artigo 9.º dos Estatutos da empresa;

Reunião de

22 AGO, 2017

Docto Agendado com o
Nº 6




PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



III. **Delibere**, aprovar o envio dos documentos de prestação de contas da EMES, EM, SA, referentes ao primeiro semestre de 2017, para a Assembleia Municipal de modo a que esta possa tomar conhecimento dos resultados da empresa municipal e apreciar a sua situação financeira, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho de Sintra, 16 de agosto de 2017

711 O Presidente 
(Basílio Horta) Rui Pereira
Vice-Presidente

Reunião de

22 AGO, 2017

Docº Agendado com o
Nº 6

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2017 DA EMES, EM, SA

De: Domingos Mateus

Para: Chefe da DPCA – Dr. João Carrilho de Sousa

Considerando que:

1. A EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EM, SA, que se passa a designar abreviadamente por EMES, é uma empresa do setor empresarial local, participada na íntegra pelo Município de Sintra, que tem como objeto, a promoção, a instalação, a gestão e a fiscalização do estacionamento público urbano pago e respetivos sistemas, na circunscrição territorial do Município de Sintra, entre outras atribuições.
2. A EMES rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, nos termos legalmente estatuídos.
3. De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os documentos de prestação de contas aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo.
4. São competências do Fiscal Único, quer no âmbito dos estatutos da EMES (alíneas e), f) e h) do artigo 11.º) quer no âmbito da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alíneas e), f) e h) do n.º 6 do artigo 25.º), verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte e participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa local e, ainda, remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico-financeira da empresa local.
5. A EMES remeteu para apreciação do Executivo o relatório do Fiscal Único sobre a informação financeira reportada ao primeiro semestre de 2017, nomeadamente as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados e Balancete).

6. De acordo com a informação disponibilizada pela empresa efetuou-se uma análise à área patrimonial, ao resultado do período e à dívida total, tendo-se obtido as seguintes conclusões:

6.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

BALANÇO									
Rubrica	30-06-2017		31-12-2016		Δ 17/16	Rubrica	30-06-2017		Δ 17/16
	€	%	€	%	%		€	%	%
Ativo Não Corrente						Capital Próprio			
Ativos fixos tangíveis	223.878	15,59	221.078	15,83	1,27	Capital Realizado	250.000	-	0,00
Ativos intangíveis	1.820	0,13	2.172	0,16	-16,21	Outros instrumentos de capital próprio	302.060	-	0,00
Total Ativo Não Corrente	225.698	15,71	223.250	15,98	1,10	Reservas Legais	54.725	-	-22,91
						Outras reservas	16.260	-	100,00
Ativo Corrente						Resultados transitados	597.652	-	32,08
Estado e outros entes públicos	0	0,00	29.581	2,12	-100,00	Resultado líquido do período	67.690	-	-53,37
Outras contas a receber	105.600	7,35	15.034	1,08	602,41	Total Capital Próprio	1.288.387	-	5,55
Diferimentos	2.849	0,20	3.503	0,25	-18,67				
Caixa e depósitos bancários	1.102.149	76,74	1.125.616	80,57	-2,08	Passivo Corrente			
Total Ativo Corrente	1.210.598	84,29	1.173.733	84,02	3,14	Fornecedores	19.089	12,91	-62,27
						Estado e outros entes públicos	75.305	50,91	25,86
						Outras contas a pagar	53.514	36,18	-18,74
Total Ativo	1.436.296	100,00	1.396.983	99,84	2,81	Total Passivo Corrente	147.909	100,00	-16,10
						Total Passivo	147.909	100,00	-16,10
						Total Capital Próprio	1.436.296	-	2,81
						Passivo			

- A empresa municipal, em 30 de Junho de 2017, apresentava um **ativo líquido total** no valor de 1,4 milhões de euros, o que significou um aumento de 39,3 mil euros (+2,8%) comparativamente com o valor registado no final do ano transato, justificada ao nível do ativo corrente;
- O **ativo não corrente** líquido (deduzidos das amortizações) representa cerca de 15,7% do total do ativo, incorporando essencialmente ativos fixos tangíveis. O acréscimo verificado no semestre significa que o investimento realizado (23,4 mil euros) foi superior às amortizações (20,9 mil euros). O investimento foi constituído, por equipamento básico (9,7 mil euros), por manutenção de edifícios e outras construções (9,5 mil euros) e por equipamento administrativo (4,2 mil euros);
- O **ativo corrente** registou um acréscimo de 36,9 mil euros, sendo constituído, maioritariamente, por disponibilidades (1,1 milhões de euros), que representaram 76,7% do total do ativo, e por outras contas a receber (105,6 mil euros) que incluem sobretudo os valores recebidos nos parómetros e que aguardam conferência para efetuar o depósito bancário (93,9 mil euros);
- Os **diferimentos** respeitaram à especialização de encargos relacionados com rendas (1,2 mil euros) e seguros (1,6 mil euros);

- O **capital próprio** da empresa ascendeu a 1,3 milhões de euros, registando-se um acréscimo de 67,7 mil euros, consequência do resultado positivo alcançado no período em análise;
- O **passivo** da empresa ascendeu a cerca de 147,9 mil euros, verificando-se uma diminuição de 28,4 mil euros (-16,1%) em relação ao período anterior e encontra-se totalmente coberto pelo montante de disponibilidades existentes;
- O **passivo** foi constituído pelas rubricas de fornecedores (19,1 mil euros), estado e outros entes públicos (75,3 mil euros) e outras contas a pagar (53,5 mil euros);
- A rubrica **estado e outros entes públicos** refletiu principalmente os valores em aberto relacionados com o IVA a pagar (25,6 mil euros), imposto sobre o rendimento do período (9,7 mil euros) e contribuições para a Segurança Social (10,8 mil euros);
- As **outras contas a pagar** incluem a especialização de férias e subsídios de férias (23,4 mil euros) e estimativas mensais (30,1 mil euros).

6.2. RESULTADOS NO PERÍODO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
Rubrica	30-06-2017 €	30-06-2016 €	Varição %
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	455.600	404.495	12,63
Fornecimentos e serviços externos	-129.522	-124.628	3,93
Gastos com pessoal	-216.130	-181.113	19,33
Outros rendimentos e ganhos	0	4.067	-100,00
Outros gastos e perdas	-1.669	-1.204	38,62
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e imposto operacional	108.278	101.616	6,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-20.937	-22.489	-6,90
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	87.342	79.127	10,38
Resultados antes de Impostos	87.342	79.127	10,38
Imposto sobre o rendimento do período	-19.652	-16.017	-
Resultado líquido do período	67.690	63.111	7,26
Total Gastos	-368.258	-329.434	11,79
Total Rendimentos	455.600	408.562	11,51
Resultado antes de Impostos	87.342	79.128	10,38

- A empresa apresentou um **resultado líquido do período** positivo de 67,7 mil euros;

- Os **gastos totais** antes de impostos no período ascenderam a cerca de 368,3 mil euros, verificando-se um acréscimo de 38,8 mil euros (+11,8%) face ao período homólogo, para o qual contribuiu o aumento dos gastos com pessoal;
- Analisando a **estrutura de gastos** verifica-se que o conjunto das rubricas, gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, continuam a representar a esmagadora maioria dos gastos, cerca de 93,9%;
- Os **fornecimentos e serviços externos** compreenderam, entre outros, os gastos com trabalhos especializados (32,6 mil euros), conservação e reparação (25,6 mil euros), rendas e alugueres (19,7 mil euros), materiais diversos (18,7 mil euros), eletricidade (12,7 mil euros) e comunicação (7,8 mil euros);
- A rubrica **gastos com pessoal** registou um acréscimo de 35 mil euros (+19,3%), face a igual período de 2016, e que de acordo com a empresa deve-se à contratação de novos colaboradores para desempenho de funções de operador de parque no estacionamento de Massamá e ainda a contratação de pessoal que ocorreu apenas no 2º semestre de 2016 não se verificando este efeito no período homólogo;
- Os **rendimentos** ascenderam a 455,6 mil euros, registando-se um aumento de 47 mil euros (+11,5%) em relação ao mesmo período do ano anterior e incluem exclusivamente as vendas e prestações de serviços, com um aumento de 12,6%.

6.3. RÁCIOS FINANCEIROS

		30-06-2017	31-12-2016
Solvabilidade	Capital Próprio	871,07%	692,46%
	Capital Alheio		
Liquidez Geral	Ativo Corrente	818,47%	665,82%
	Passivo Corrente		
Endividamento	Capital Alheio	10,30%	12,62%
	Capital Total		
Estrutura de Endividamento	Capital Alheio c/p	100,00%	100,00%
	Capital Alheio		
Autonomia Financeira	Capital Próprio	89,70%	87,38%
	Ativo		

- **Solvabilidade** – Muito acima dos 100%, demonstra que a empresa revela grande capacidade para regularizar as suas dívidas de curto, médio e longo prazo;
- **Liquidez geral** – A empresa continua a evidenciar grande capacidade de liquidez na medida em que, no curto prazo, as suas obrigações são inferiores ao conjunto de dívidas a receber e disponibilidades, no mesmo período;
- **Endividamento** – A empresa reduziu o seu nível de endividamento em 2,32%;

- **Estrutura do endividamento** - O endividamento da empresa é todo de curto prazo;
- **Autonomia financeira** – Cerca de 89,7% dos ativos da empresa são financiadas através do seu capital próprio.

6.4. DÍVIDA TOTAL

- O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece na alínea c) do n.º 1 do art.º 54.º que *“para efeitos de **apuramento do montante da dívida total** relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, **proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas**”, pelo que a empresa **não concorreu** para a dívida total do Município, uma vez que apresentou um resultado antes de imposto positivo.*

7. O Fiscal Único da EMES remeteu o parecer referente aos documentos de prestação de contas do primeiro semestre de 2017 da empresa municipal, que se anexa, referindo que: *“Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, em 30 de junho de 2017 e o seu desempenho financeiro relativo ao período de seis meses findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades”.*

Tendo em conta os pontos anteriores, **propõe-se que:**

- I. A presente informação seja remetida a reunião de câmara, para que o Executivo tome conhecimento dos documentos de prestação de contas da EMES, EM, SA, à data do primeiro semestre de 2017, cujo resultado líquido foi positivo em 67.690€, e do respetivo relatório do Fiscal Único.
- II. Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 9.º dos estatutos da EMES EM, SA, a Câmara designe um representante do Município na Assembleia Geral da empresa a aprovar os documentos de prestação de contas da empresa referentes ao primeiro semestre de 2017.

III.A Exma. Câmara Municipal proceda ao envio dos documentos de prestação de contas da EMES, EM, SA, referentes ao primeiro semestre de 2017, para a Assembleia Municipal de modo a que esta possa tomar conhecimento dos resultados da empresa municipal e apreciar a situação financeira, conforme disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

À consideração superior,



Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra

*PRESTAÇÃO DE CONTAS
1º SEMESTRE DE 2017*

P

*MELHOR ESTACIONAMENTO
MAIS MOBILIDADE
LUGAR PARA TODOS*

www.emes.pt

2
8

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO _____ 1

A ACTIVIDADE _____ 3

OS NÚMEROS _____ 6

PERSPECTIVAS FUTURAS – OS DESAFIOS DO 2º SEMESTRE 2017 _____ 10



MENSAGEM DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Qualquer prestação de contas representa muito mais do que números. Representa todo um trabalho que foi realizado e que no caso em concreto do 1º semestre da EMES EM SA traduz-se essencialmente na abertura do parque de estacionamento de Massamá.

Com efeito, a abertura do parque de estacionamento de Massamá concentrou a esmagadora maioria dos esforços da empresa no 1º semestre de 2017. A abertura ao público de um equipamento que durante muitos anos foi condenado ao abandono, exigiu um enorme esforço por parte da estrutura da empresa aos mais diversos níveis e uma capacidade de enorme sacrifício por parte dos seus colaboradores que este Conselho de Administração regista com apreço. Factor decisivo para todo o esforço por parte da empresa foi a convicção e a certeza da importância que um equipamento desta natureza representa para as populações. Com a abertura do parque de estacionamento aumentou-se a oferta de estacionamento em mais 552 lugares de estacionamento para automóveis ligeiros e mais 38 lugares para motociclos que a que se juntaram mais 36 lugares para bicicletas, estes últimos criados expressamente pela EMES, no âmbito da política da empresa de fomento à utilização de meios de transporte alternativos ao automóvel e que será igualmente aplicada ao parque de estacionamento de Agualva/Cacém.

A abertura do parque de estacionamento de Massamá e brevemente do parque de Agualva/Cacém representam para a EMES enormes desafios. Desafios esses que exigirão, como sempre, uma gestão criteriosa, profissional e naturalmente articulada com a Câmara Municipal de Sintra.

A EMES, ao longo da sua existência tem dado provas cabais da sua resiliência e capacidade de adaptação e estamos certos que, a gestão dos novos parques de estacionamento, se traduzirá numa mais valia efectiva para as populações, sem colocar em causa a sustentabilidade financeira da empresa obtida e consolidada ao longo dos anos e traduzida, no 1º semestre de 2017, na apresentação de um **Resultado Líquido do Exercício positivo de 67.690€**

Mt-7
Sandra Isabel Gonçalves

A ACTIVIDADE

sf A actividade da EMES EM SA no 1º semestre de 2017 fica indubitavelmente marcada pela passagem da gestão dos parques de estacionamento de Massamá e de Agualva/Cacém para a empresa e que representou a esmagadora maioria do trabalho que foi desenvolvido, facto concretizado na abertura do parque de Massamá em abril e na previsão da abertura do parque de Agualva/Cacém para o verão de 2017.

Os dois parques de estacionamento referidos anteriormente, representam um aumento superior a 700 lugares de estacionamento, o que contribui para que a EMES passe a ter a gestão de aproximadamente 3060 lugares de estacionamento em parques ao longo da Linha de Sintra, cuja função é essencialmente a de apoiar a oferta de transporte público, mais concretamente o comboio, mas que não se esgota nesta dimensão, pois estão, naturalmente, ao serviço de quem vive e trabalha no Concelho de Sintra.

No entanto, mais do que a dimensão do número de lugares de estacionamento geridos pela EMES, importa destacar a importância que os mesmos têm para as populações. Com efeito, são equipamentos que podem ter uma dupla função: se por um lado existem parques que são tipicamente vocacionados para os utilizadores de transportes públicos, existem outros parques (exemplo parques de Massamá e de Agualva/Cacém), que têm igualmente uma função muito importante a desempenhar ao nível do estacionamento para residentes e é sobre esta dupla realidade que devem ser encontradas soluções, porque cada parque de estacionamento tem a sua própria envolvência e realidade.

Não sendo elemento de somenos importância, os parques de estacionamento geridos pela EMES ao longo da Linha de Sintra, reúnem todas as condições para se tornarem instrumentos ao serviço de uma política de mobilidade que privilegie a utilização de transporte público em detrimento da utilização de viatura própria sobretudo nas deslocações Sintra-Lisboa e que permitam em simultâneo a implementação de medidas que

regulem e disciplinem o estacionamento nas zonas envolventes das estações de comboio, já que estas são áreas de reconhecida pressão, com claro prejuízo para os residentes.

Retomando o exemplo das diversas valências ou utilizações que um parque de estacionamento pode assumir, recuperamos o exemplo do parque de estacionamento do Interface da Portela de Sintra, dando nota que, no decorrer do 1º semestre de 2017, foi mantido o projecto de transfer gratuito entre a estação da Portela de Sintra e Sintra em parceria com a CP.

Esta solução encontrada para o parque de estacionamento do interface da Portela de Sintra, além de ser paradigmática das diversas utilizações que um parque de estacionamento pode ter, já que neste caso em concreto serve para quem se desloca de comboio para Lisboa, mas também serve para quem vem de viatura própria para Sintra (contribuindo assim para reduzir o número de viaturas que procuram estacionamento no Centro Histórico e na Serra de Sintra), é também exemplo da política que é defendida e praticada pela EMES do que deve ser um parque de estacionamento periférico.

No que se refere ao Centro Histórico e à Serra de Sintra, a EMES está ciente do enorme desafio em termos de mobilidade e estacionamento que esta área representa. Tratam-se de duas realidades indissociáveis e interligadas mas com características e especificidades muito próprias. É imperioso alargar a área de influência do Centro Histórico de Sintra, aproximando-o da oferta de estacionamento na sua periferia

Os parques de estacionamento periféricos apresentam desde logo a desvantagem de serem periféricos a algo. Para que esta desvantagem possa ser mitigada, é importante criar condições de atractividade dos referidos espaços, quer seja através da adopção de uma política de preços reduzidos ou até mesmo da gratuitidade dos mesmos, mas sobretudo pela criação de condições preferenciais, confortáveis, rápidas e de baixo custo, de deslocação até ao destino final pretendido.

~
sy

O reforço e criação de parcerias com operadores de transportes revela-se uma estratégia tão importante como a criação de parques de estacionamento periféricos, porque será um dos elementos que contribuirá decisivamente para o sucesso ou insucesso do equipamento. A adopção de soluções próprias de interligação entre os parques de estacionamento de periferia e o destino final também podem e devem ser equacionadas.

A implementação de parques de estacionamento periféricos *per si* pode não ser a solução mais eficaz se não for devidamente estruturada com um conjunto de serviços complementares e se não for divulgada e incentivada a sua utilização. Numa época em que existe a consciência de que os recursos são limitados é importante analisar a oferta actual e de que forma podemos rentabilizar ao máximo a sua utilização. Nesse sentido, foi adjudicada a colocação de painel informativo à entrada de Sintra (Ranholas) que passará a informar os condutores dos lugares de estacionamento disponíveis nos parques de estacionamento existentes em Sintra. Este painel é complementado pelo painel já existente no acesso a Sintra via A16.

Ainda no domínio da mobilidade e estacionamento, procedeu-se igualmente à adjudicação de colocação de sistema de contagem de viaturas nos parques do Departamento de Urbanismo e no parque de estacionamento da André Albuquerque, que embora de utilização gratuita, apresentam capacidade de oferta sobretudo aos fins de semana e feriados podendo e sobretudo devendo servir como alternativa ao estacionamento no Centro Histórico e na Serra de Sintra. À informação recolhida de ambos os parques de estacionamento referidos anteriormente, juntar-se-á a informação recolhida do parque de estacionamento do interface da portela de Sintra sendo possível de futuro incluir outros parques de estacionamento.

OS NÚMEROS

O **Resultado Líquido do Exercício** findo em 30-06-2017 da EMES EM SA é positivo e acende a 67.690€, representando uma melhoria, ainda que residual, quando comparado com o resultado obtido no período homólogo do ano transacto.

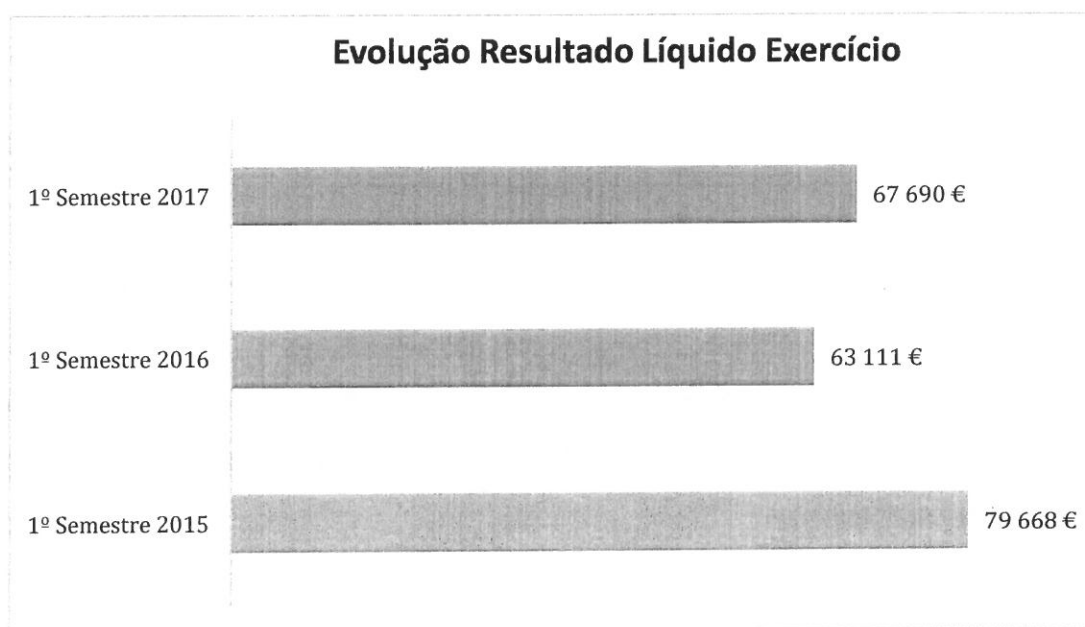


Gráfico I: Evolução Resultado Líquido Exercício 1º semestre 2015 – 1º semestre 2017

Relativamente ao **Resultado Operacional** (antes de gastos de financiamento e impostos), o mesmo à semelhança do Resultado Líquido do Exercício é positivo e apresenta também uma melhoria quando comparado com o resultado operacional obtido no 1º semestre de 2016, conforme é possível observar no gráfico seguinte:

Evolução Resultado Operacionais

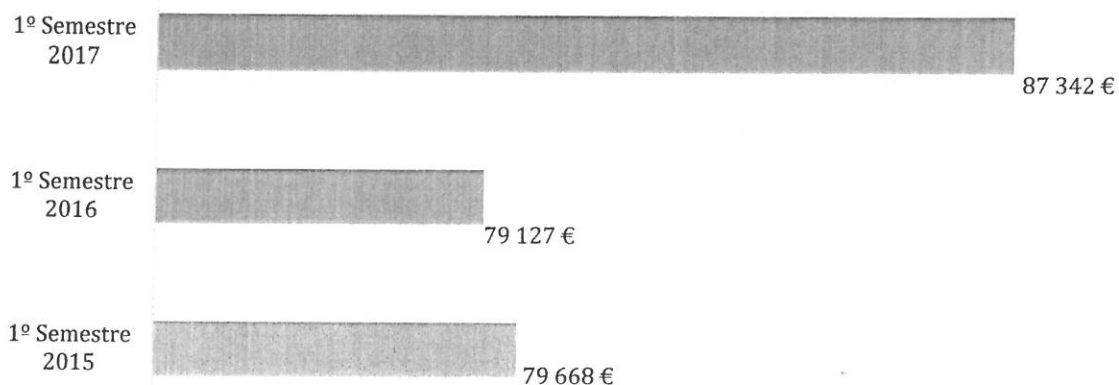


Gráfico II: Evolução Resultado Operacional (1º semestre 2015 – 1º semestre 2017)

Os **Capitais Próprios** da empresa à data de 30-06-2017 ascendem a 1.288.387€ e mantêm a tendência de melhoria registada em períodos anteriores, obtida sobretudo pela inclusão dos resultados líquidos positivos.

Evolução Capitais Próprios

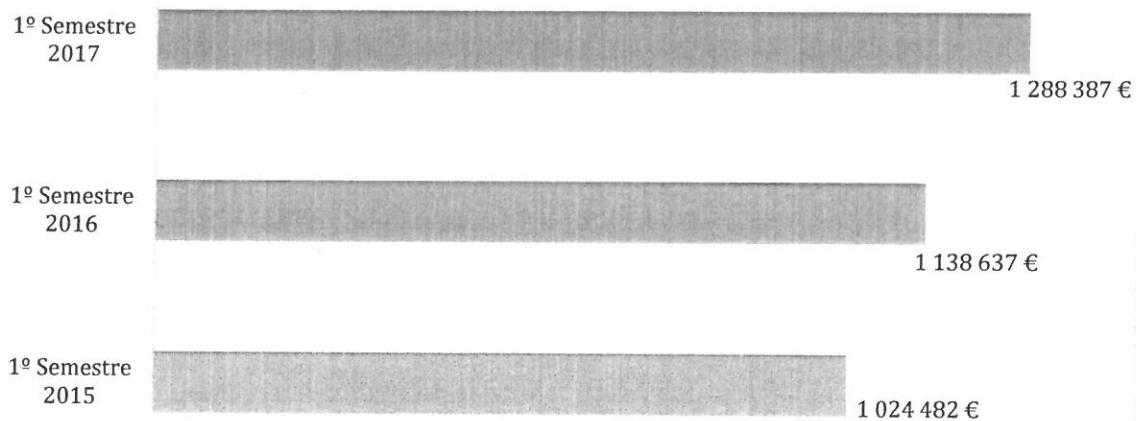


Gráfico III: Evolução Capitais Próprios (1º semestre 2015 – 1º semestre 2017)

Relativamente aos **Fornecimentos e Serviços Externos** regista-se um ligeiro acréscimo no 1º semestre de 2017 quando comparado com os Fornecimentos e Serviços Externos registados a 30-06-2016. Trata-se de uma variação de + 4.894€

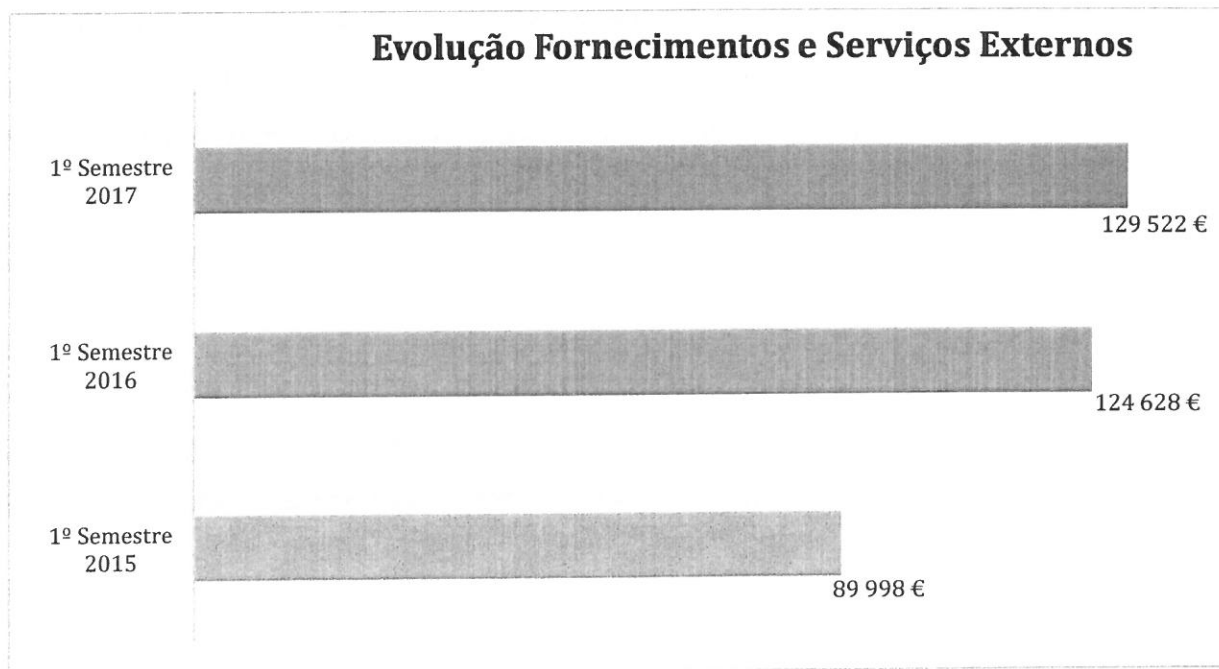


Gráfico IV: Evolução Fornecimentos e Serviços Externos (1º semestre 2015 – 1º semestre 2017)

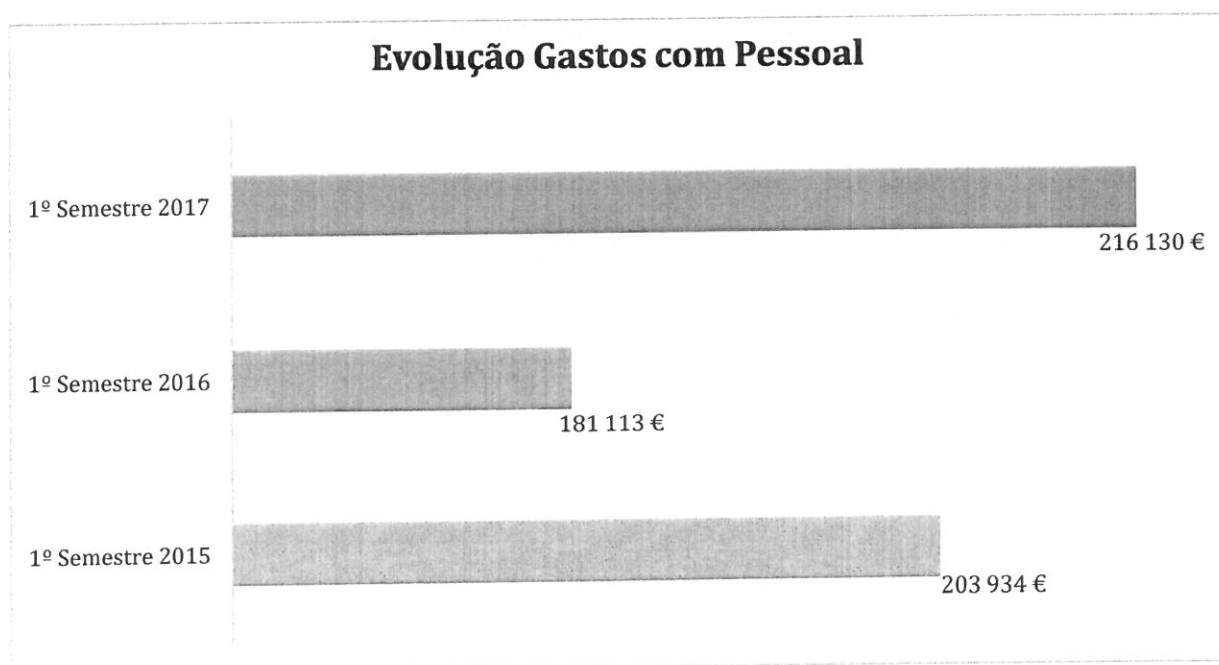


Gráfico V: Evolução Gastos com Pessoal (1º semestre 2015 – 1º semestre 2017)

No que concerne aos Gastos com Pessoal existe um acréscimo natural desta rubrica em função da contratação de novos colaboradores para desempenho de funções de operador de parque no parque de estacionamento de Massamá e ainda de contratações de pessoal que ocorreram apenas no 2º semestre de 2016 e cujos colaboradores actualmente ainda se encontravam a desempenhar funções no 1º semestre de 2017. Acresce ainda que os gastos com pessoal do 1º semestre de 2016 foram influenciados por 1 colaboradora que se encontrava de baixa prolongada e que regressou no 1º semestre de 2017 e pela saída no final de Maio de 2016 do membro do Conselho de Administração com funções remuneradas.

Por outro lado ao nível das **Vendas e Serviços Prestados**, regista-se no 1º semestre de 2017 um crescimento da receita líquida da empresa em + 51.105€, quando comparamos com o 1º semestre de 2016 e de mais 63.877€ quando a comparação tem presente o 1º semestre de 2015.

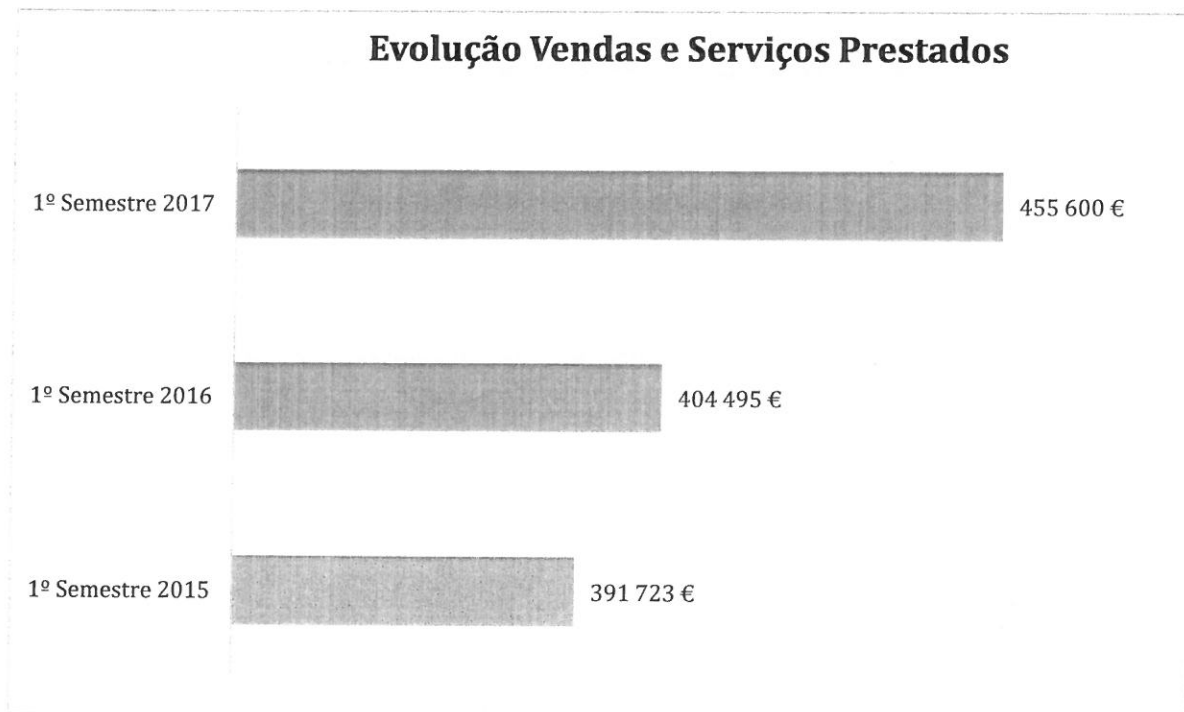


Gráfico VI: Evolução Gastos com Pessoal (1º semestre 2015 – 1º semestre 2017)

PERSPECTIVAS FUTURAS – OS DESAFIOS DO 2º SEMESTRE 2017

Não obstante o 2º semestre de 2017 ser marcado pela realização de eleições autárquicas, a actividade da EMES desenvolve-se num princípio de continuidade, razão pela qual, no âmbito da actividade prevista para o 2º semestre de 2017 incluem-se, entre outros, a abertura do parque de estacionamento de Agualva/Cacém e a continuidade dos projectos já adjudicados em matéria de mobilidade e estacionamento para o Centro Histórico de Sintra. Naturalmente que, a abertura do parque de estacionamento de Agualva/Cacém, tendo em conta a sua importância e também a dimensão dos trabalhos necessários, exigirá da parte da estrutura da EMES EM SA uma atenção especial.

Prevê-se igualmente o reforço de parcerias com vista à implementação de soluções que possam tornar os parques de estacionamento de Massamá e de Agualva/Cacém como equipamentos de apoio ao Centro Histórico de Sintra.

A colocação online do novo site da EMES irá permitir a concretização de uma série de projectos que contribuirão decisivamente para uma melhoria do serviço que é prestado, como é exemplo a criação de um balcão virtual de atendimento ou a funcionalidade “onde estacionar” que irá receber e transmitir informação em tempo real dos parques de estacionamento disponíveis.

Por fim é imperativo para este Conselho de Administração, como sempre o tem sido, que a empresa apresente resultados positivos.

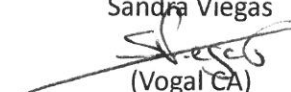
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMES EM SA

Luís Patrício

(Presidente CA)

Eduardo Quinta Nova

(Vogal CA)

Sandra Viegas

(Vogal CA)

EMES, EM

Data: 2017/06/30

BALANÇO INDIVIDUAL (IES) em 30 de Junho de 2017

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30/06/2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8,2	194 859	240 083
Activos fixos tangíveis em curso		29 019	0
Activos intangíveis	7	1 820	2 525
		225 698	242 607
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	26	0	318
Outras contas a receber		105 600	49 442
Diferimentos		2 849	3 498
Caixa e depósitos bancários	4,24	1 102 149	959 672
		1 210 598	1 012 929
Total do Activo		1 436 296	1 255 536
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		250 000	250 000
Outros instrumentos de capital próprio		302 060	302 060
Reservas legais		54 725	54 725
Outras reservas		16 260	16 260
Resultados transitados		597 652	452 481
		1 220 698	1 075 527
Resultado líquido do período		67 690	63 110
		1 288 387	1 138 637
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1 288 387	1 138 637
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	26	19 089	18 211
Estado e outros entes públicos		75 305	51 583
Outras Contas a pagar		53 514	47 105
		147 909	116 899
Total do Passivo		147 909	116 899
Total do capital próprio e do passivo		1 436 296	1 255 536

O Contabilista Certificado

A Administração



C.R. nº 61462




EMES, EM

Data: 2017/06/30

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

Unidade Monetária (EUR)

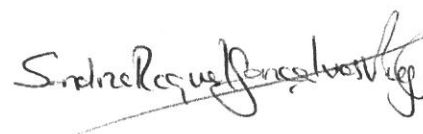
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		30/06/2017	2016
Vendas e serviços prestados	21	455 600	404 495
Subsídios à exploração	23		0
Fornecimento e serviços externos		-129 522	-124 628
Gastos com o pessoal	29	-216 130	-181 113
Outros rendimentos e ganhos	24		4 067
Outros gastos e perdas	24	-1 669	-1 204
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		108 278	101 616
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-20 937	-22 489
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis		87 342	79 127
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			
Juros e rendimentos similares obtidos			
Resultado antes de impostos		87 342	79 127
Imposto sobre o rendimento do período	26	-19 652	-16 017
Resultado líquido do período		67 690	63 111
Resultados das actividades descontinuadas (líquido de impostos)			

O Contabilista Certificado

A Administração



CC. N.º 61462

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efectuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EM, SA (a entidade), que compreendem o balanço em 30 de Junho de 2017, que evidencia um total de 1.436.296 euros e um total de capital próprio de 1.288.387 euros, incluindo um resultado líquido de 67.690 euros, e a demonstração de resultados por naturezas relativa ao período de seis meses findo naquela data.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspectos materiais de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efectuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efectuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efectuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

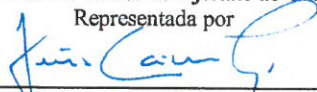
Com base no trabalho efectuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EM, SA em 30 de Junho de 2017 e o seu desempenho financeiro relativo ao período de seis meses findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades.

Lisboa, 24 de Julho de 2017

CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por



Luís Pedro Caiano Pereira
ROC nº 842

**PROPOSTA N.º _____ - P/2017****Considerando que:**

1. A EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EM, SA, que se passa a designar abreviadamente por EMES, é uma empresa do setor empresarial local, participada na íntegra pelo Município de Sintra, que tem como objeto *“instalação, gestão, incluindo a fiscalização, dos sistemas de estacionamento público urbano pago à superfície no concelho de Sintra, nos termos e condições definidas pela Câmara Municipal de Sintra, a quem compete a definição das orientações estratégicas”*;
2. A EMES rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, nos termos legalmente estatuídos;
3. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os documentos de prestação de contas aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo;
4. São competências do Fiscal Único, quer no âmbito dos estatutos da EMES (alíneas e), f) e h) do artigo 11.º) quer no âmbito da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alíneas e), f) e h) do n.º 6 do artigo 25.º), verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte e participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que

considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa local, e ainda, remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico-financeira da empresa local;

5. A EMES remeteu para apreciação do Executivo, o relatório do Fiscal Único sobre a informação financeira reportada ao primeiro semestre, a qual se encontra em anexo, assim como as demonstrações financeiras respetivas (Balanço, Demonstração de Resultados e Balancete);
6. De acordo com os elementos financeiros disponíveis reportados ao primeiro semestre de 2017, efetuou-se uma síntese às demonstrações financeiras do período, vertida na Informação - Proposta N.º SM 33817/2017, de 16 de agosto, que se anexa, apresentando-se em seguida os elementos mais relevantes:
 - O **ativo** da empresa valorizado em 1,4 milhões de euros, incluiu ativos não correntes de 225,7 mil euros e ativos correntes de 1,2 milhões de euros (1,1 milhões de euros de disponibilidades);
 - O **capital próprio** totalizou 1,3 milhões de euros, registando um acréscimo de 67,7 mil euros face ao final do ano transato, e incorpora resultados transitados positivos de 597,7 mil euros;
 - O **passivo** ascendeu a cerca de 147,9 mil euros, sendo constituído unicamente por dívidas de curto prazo, sobretudo estado e outros entes públicos (75,3 mil euros), outras contas a pagar (53,5 mil euros) e fornecedores (19,1 mil euros);
 - Os **gastos** totais antes de impostos ascenderam a cerca de 368,3 mil euros e incluíram sobretudo gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos, que representaram 93,9% do total;

- Os **rendimentos** ascenderam a 455,6 mil euros e correspondem na totalidade ao volume de negócios;
- O **resultado** do período foi positivo no montante de 67,7 mil euros;
- O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º que *“para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, (...), proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas”*, pelo que a empresa **não contribuiu para a dívida total** do Município, tendo em conta a sua situação de equilíbrio.
- O Fiscal Único da empresa emitiu relatório de revisão limitada de demonstrações financeiras no primeiro semestre de 2017 da EMES.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA:

- I. **Tome conhecimento** da prestação de contas da EMES, EM, SA, à data de 30 de Junho de 2017, cujo resultado positivo ascendeu a 67.690€, e do respetivo relatório e parecer do fiscal único;
- II. **Delibere**, mandar o representante do Município na Assembleia Geral da empresa a aprovar os documentos de prestação de contas da EMES, EM, SA, referentes ao primeiro semestre de 2017, ao abrigo do n.º 4 e do artigo 9.º dos Estatutos da empresa;

III. **Delibere**, aprovar o envio dos documentos de prestação de contas da EMES, EM, SA, referentes ao primeiro semestre de 2017, para a Assembleia Municipal de modo a que esta possa tomar conhecimento dos resultados da empresa municipal e apreciar a sua situação financeira, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho de Sintra, _____ de _____ de 2017

O Presidente

(Basílio Horta)